

FGV diz que mudança foi para agradar os credores

— Não havia, até o momento, tendência clara de sobrevalorização do cruzado. Logo, na minha opinião, a desvalorização de 1,8% foi feita principalmente para demonstrar aos credores internacionais e aos agentes econômicos internos, sobretudo exportadores, que o Brasil continua com uma política cambial flexível.

A afirmação é do chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Baptista Júnior, que assessora o governo no que refere a assuntos internacionais.

Segundo cálculos feitos pelo Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional (CMEI), em relação especificamente ao dólar, de 28 de fevereiro até 30 de setembro havia uma sobrevalorização no cruzado de 9,6%, se o deflator utilizado fosse o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), e de 3,2%, caso se utilizasse o Índice de Preços por Atacado (IPA) para produtos industriais. Mas em relação a uma cesta de moedas de sete países, com participação predominante nas exportações brasileiras e mundiais, no caso do IPC, haveria uma sobrevalorização de apenas 3,5%. E se o deflator utilizado fosse o IPA, ao contrário, haveria desvalorização de 3,8%.

Como o que importa, principalmente no caso das exportações, é o câmbio deflacionado pelo IPA, Paulo Nogueira Baptista Júnior acha que a situação atual não geraria, tecnicamente, uma decisão de desvalorizar o cruzado, já que a moeda nacional está mais ou menos na mesma paridade apresentada em março deste ano em relação à cesta de moedas estrangeiras. A única ressalva que faria a esse raciocínio, comentou, é a possibilidade de que o governo tenha levado em

consideração o fato de que os índices de preços não estejam refletindo a inflação real do país, já que não incluem o ágio nas operações comerciais.

O que deve ter pesado principalmente para a adoção da medida, disse ele ainda, deve ter sido a necessidade de deixar claro para a comunidade financeira internacional e também internamente, no país, que o Brasil mantém sua prática de adotar uma política cambial realista e flexível e que o cruzado não estava congelado.

Ele não crê que depois desta desvalorização, a curtíssimo prazo, venham a ocorrer reajustes sucessivos de preços que se encontram desalinhados. “A decisão de desvalorização, pelo que eu sei, foi isolada”, afirmou, tendo observado que nada impede, porém, que um dia venham a acontecer esses reajustes, porque o congelamento de preços “é temporário”.

Mas por que tanta preocupação em sinalizar uma política cambial flexível? Em primeiro lugar porque o Brasil foi sempre respeitado no exterior por ser um dos únicos países latino-americanos — se não o único — a não ter incorrido no erro da sobrevalorização cambial. E, em segundo lugar, é claro, porque o comportamento das exportações já não está tão favorável, como ficou demonstrado pelo saldo comercial de setembro.

Preocupação com saldo comercial no momento em que o Brasil vem pleiteando uma nova negociação da dívida externa, que represente exatamente o fim da necessidade de ter que gerar superávits comerciais tão elevados, pode parecer incongruente. As negociações externas, portanto, não devem estar indo muito bem. Paulo Nogueira Baptista, porém, não confirma essa conclusão, tendo afirmado apenas que a princípio não era destituída de lógica.